

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.846.792 - SP (2019/0328996-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : VANILDO GASPAROTTO  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS - SP220411  
JOSIEL VACISKI BARBOSA - SP191692  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : LUIZ ANTÔNIO DE PAULA - SP113434  
MARISE BERALDES SILVA DIAS ARROYO - SP058976  
**RECORRIDO** : ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADA** : JANETE SANCHES MORALES - SP086568

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. PRETENSÃO DE INCLUSÃO DE VERBAS RECONHECIDAS PELA JUSTIÇA TRABALHISTA. RECURSO QUE TRATA DE TEMA AFETADO AO RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. PENDÊNCIA DE JULGAMENTO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por VANILDO GASPAROTTO, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, com o intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 1.430):

Ação revisional de aposentadoria complementar. Saldamento espontâneo de plano de benefício, com espontânea adesão a plano diverso. Prevalência da vontade livremente manifestada. Inaplicabilidade do REsp. Repetitivo nº 1.312.736/RS. Irrelevância ao caso de se aplicar o REsp nº 1.370.191/RJ quanto ao patrocinador. Prescrição inócurrenle. Apelo improvido.

Apresentados embargos de declaração pela parte ora recorrente, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.499-1.503).

Nas razões do recurso especial (fls. 1.211-1.239, e-STJ), além de dissídio jurisprudencial, o recorrente alega que o acórdão impugnado incorreu em violação dos arts. 368, 369, 423 e 424 do CC; e 28 da Lei n. 8.212/1991.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 1.592-1.610 (e-STJ).

O Tribunal de origem admitiu o processamento do recurso especial, ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico que o recurso foi interposto na vigência do novo Código de Processo Civil. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto. Portanto, aplica-se, na hipótese, o Enunciado Administrativo n. 3, aprovado pelo Plenário desta Casa em 9/3/2016, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Dito isso, cumpre esclarecer que a questão jurídica ventilada no presente recurso (revisão de complementação de aposentadoria, em razão do reconhecimento, na Justiça trabalhista, do direito à percepção de diferenças de salário à título de anuênios) possui relação direta com a matéria objeto de afetação a Segunda Seção como representativa de controvérsia, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do Código de Processo Civil de 2015 (Tema n. 1.021). A decisão exarada no REsp n. 1.740.397/RS, Relator Min. Antônio Carlos Ferreira, julgado em 20/8/2019, DJe de 27/8/2018, delimitou o tema a ser julgado sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos seguintes termos:

A questão relativa à possibilidade de inclusão dos reflexos das horas extras, reconhecidas pela Justiça do Trabalho, nos cálculos da renda mensal inicial dos benefícios de complementação de aposentadoria foi decidida pela Segunda Seção desta Corte no julgamento do REsp n. 1.312.736/RS (tema 955), de minha relatoria, DJe de 16/8/2018, tendo sido definidas as seguintes teses para os fins do art. 1.036 do CPC/2015:

- a) "A concessão do benefício de previdência complementar tem como pressuposto a prévia formação de reserva matemática, de forma a evitar o desequilíbrio atuarial dos planos. Em tais condições, quando já concedido o benefício de complementação de aposentadoria por entidade fechada de previdência privada, é inviável a inclusão dos reflexos das verbas remuneratórias (horas extras) reconhecidas pela Justiça do Trabalho nos cálculos da renda mensal inicial dos benefícios de complementação de aposentadoria;
- b) Os eventuais prejuízos causados ao participante ou ao assistido que não puderam contribuir ao fundo na época

apropriada ante o ato ilícito do empregador poderão ser reparados por meio de ação judicial a ser proposta contra a empresa ex-empregadora na Justiça do Trabalho;

c) Modulação dos efeitos da decisão (art. 927, § 3º, do CPC/2005): nas

demandas ajuizadas na Justiça comum até a data do presente julgamento – se ainda for útil ao participante ou assistido, conforme as peculiaridades da causa –, admite-se a inclusão dos reflexos de verbas remuneratórias (horas extras), reconhecidas pela Justiça do Trabalho, nos cálculos da renda mensal inicial dos benefícios de complementação de aposentadoria, condicionada à previsão regulamentar (expressa ou implícita) e à recomposição prévia e integral das reservas matemáticas com o aporte de valor a ser apurado por estudo técnico atuarial em cada caso; e

d) Nas reclamações trabalhistas em que o ex-empregador tiver sido condenado a recompor a reserva matemática, e sendo inviável a revisão da renda mensal inicial da aposentadoria complementar, os valores correspondentes a tal recomposição devem ser entregues ao participante ou assistido a título de reparação, evitando-se, igualmente, o enriquecimento sem causa da entidade fechada de previdência complementar."

Embora na fundamentação daquele julgado tenha sido examinada, de maneira geral, a possibilidade de revisão do valor da suplementação para incluir quaisquer verbas remuneratórias concedidas pela Justiça Trabalhista após a obtenção do benefício, o caso analisado tratou especificamente das horas extraordinárias.

Assim, considerando as dúvidas que vêm surgindo nas Justiças locais, sobre a aplicabilidade dos entendimentos firmados no julgamento repetitivo aos pedidos de inclusão dos reflexos de outras verbas nos benefícios previdenciários complementares, entendo prudente a afetação do tema, para o fim de integração da tese fixada no paradigma.

Dessa forma, por estarem presentes os requisitos do art. 257-A, § 1º, do RISTJ, proponho a afetação da presente insurgência, em conjunto com o REsp n. 1.778.938/SP, para julgamento pela Segunda Seção, segundo a sistemática dos recursos especiais repetitivos, nos termos do art. 1.036 do CPC/2015, ficando assim delimitada a tese controvertida:

Definir a possibilidade de inclusão no cálculo da complementação de aposentadoria, paga por entidade fechada de previdência privada, de verbas remuneratórias incorporadas ao salário do trabalhador por decisão da Justiça do Trabalho, após a concessão do benefício, sem a prévia formação da correspondente reserva matemática.

Determino, para tanto, a adoção das seguintes providências:

(a) a suspensão, em âmbito nacional, do andamento de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão afetada (art. 1.037, II, do CPC/2015),

(b) a comunicação da afetação, aos demais Ministros desta Corte Superior e aos Presidentes dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais,

(c) seja dada ciência, facultando-lhes manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.038, I, do CPC/2015, c/c art. 3º, I, da Resolução STJ n. 08/2008), às seguintes entidades: i) Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e ii) Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP,

(d) vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer, pelo prazo de 15 dias (art. 1.038, III, § 1º, do CPC/2015, c/c art. 256-M do RISTJ).

Após, voltem os autos conclusos para oportuna inclusão em pauta.

Nesse contexto, em observância ao princípio da economia processual e à própria finalidade do CPC de 2015, corroborada pelo art. 256-L do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental n. 24, de 2016, entendo ser devido o retorno dos autos à origem, onde ficarão sobrestados até a publicação do acórdão proferido no Recurso Especial n. 1.740.397/RS, representativo da controvérsia.

Eis o teor da disposição regimental:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

- se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;

II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos à Corte de origem, com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso representativo da controvérsia, sejam tomadas as providências previstas nos arts. 1.039, *caput*, e 1.040 do CPC de 2015.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator